



## FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

### SECRETARIA GERAL DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - SEaD/R

Rod. Washington Luís km 235 - SP-310, s/n - Bairro Monjolinho, São Carlos/SP, CEP 13565-905  
Telefone: (16) 33519586 - <http://www.ufscar.br>

Edital de abertura nº 212/2024/SEaD/R

A Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), participante do programa de formação a distância instituído pelo Ministério da Educação/MEC para a oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil, torna pública a seleção de **Professor Formador**, para atuar nos cursos de **Especialização em Gestão Pública Municipal** do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) da UFSCar oferecidos com o apoio da Secretaria de Educação a Distância (SEaD/UFSCar), em conformidade com:

- Portaria Conjunta CAPES/CNPQ nº 02, de 10 de abril de 2013.
- Portaria CAPES nº 33, de 16 de fevereiro de 2023.
- Portaria CAPES nº 133, de 10 de julho de 2023.
- Portaria CAPES nº 309, de 27 de setembro de 2024.
- Instrução Normativa GAB nº 1, de 1º de outubro de 2024.

#### 1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A presente seleção de Professor Formador será regida por este edital e será executada pela Secretaria Geral de Educação a Distância da Universidade Federal de São Carlos (SEaD-UFSCar).

1.1.1. Compete a SEaD-UFSCar:

- 1.1.1.1. Analisar os pedidos de esclarecimentos ou impugnação do Edital;
- 1.1.1.2. Divulgar o resultado referente à análise dos pedidos de esclarecimentos ou impugnação do Edital;
- 1.1.1.3. Esclarecer dúvidas referentes ao processo seletivo exclusivamente por e-mail;
- 1.1.1.4. Analisar vínculos com os membros da Comissão Julgadora Preliminar e substituição de membros, caso necessário;
- 1.1.1.5. Divulgar a Comissão Julgadora Definitiva;
- 1.1.1.6. Auxiliar a Comissão Julgadora Definitiva no processo seletivo;
- 1.1.1.7. Convocar as pessoas candidatas aprovadas.

1.2. Vagas: Cadastro reserva.

1.3. Carga Horária: 20 (vinte) horas semanais.

1.4. Perfil da pessoa candidata:

- 1.4.1. Ter domínio do conteúdo específico da área para a qual está se candidatando.
- 1.4.2. Ter infraestrutura tecnológica para executar as atividades a distância.
- 1.4.3. Ter letramento digital para realizar encontros e orientações a distância.

1.5. Valor da bolsa: O pagamento estará condicionado à disponibilidade orçamentária da CAPES, sendo que o valor será de 1.850,00.

1.6. Atividades a serem desempenhadas:

- 1.6.1. Desenvolver as atividades docentes na capacitação de coordenadores, professores e tutores mediante o uso dos recursos e metodologia previstos no plano de capacitação;
- 1.6.2. Participar das atividades de docência das disciplinas curriculares do curso;
- 1.6.3. Participar de grupo de trabalho para o desenvolvimento de metodologia na modalidade a distância;
- 1.6.4. Participar e/ou atuar nas atividades de capacitação desenvolvidas na Instituição de Ensino;
- 1.6.5. Acompanhar as atividades acadêmicas dos tutores atuantes em disciplinas ou conteúdos sob sua responsabilidade;
- 1.6.6. Apresentar ao coordenador de curso, ao final da disciplina ofertada, relatório do desempenho dos estudantes e do desenvolvimento da disciplina;
- 1.6.7. Desenvolver, em colaboração com o coordenador de curso, a metodologia de avaliação do aluno;
- 1.6.8. Desenvolver, participar e colaborar com pesquisa de acompanhamento das atividades de ensino desenvolvidas nos cursos na modalidade a distância;
- 1.6.9. Disponibilizar a documentação pessoal comprobatória para o Coordenador Geral.

#### 2. DAS PRIORIDADE, DISCIPLINAS E REQUISITOS

2.1. A prioridade das vagas neste processo de seleção será:

- 2.1.1. Prioridade 1 - Professor Interno 1 - professores efetivos da unidade ofertante do curso na UFSCar

(Departamento de Engenharia de Produção);

2.1.2. Prioridade 2 - Professor Interno 2 - professores efetivos da UFSCar;

2.1.3. Prioridade 3 - Professor Externo - professores externos à UFSCar.

2.2. As disciplinas são:

2.2.1. Plano Diretor e Gestão Urbana

2.2.2. Gestão Tributária

2.2.3. Redes Públicas de Cooperação Local

2.2.4. Gestão Democrática e Participativa

2.2.5. Gestão Logística

2.2.6. Elaboração e Avaliação de Projetos

2.2.7. Processos Administrativos

2.2.8. Metodologia Científica

2.3. Os requisitos são:

2.3.1. Comprovar, no mínimo, 1 ano de experiência no magistério superior;

2.3.2. Cópia digital do RG (cédula de identidade) e do CPF (cadastro de pessoa física); ou Carteira de motorista válida; ou Carteira de Identidade Nacional (CIN);

2.3.3. Exclusivamente para Professores Internos 1 e 2 (professores efetivos da UFSCar): Entregar a autorização do chefe do departamento para ministrar a disciplina para o qual está concorrendo. Além da autorização do chefe do departamento, a declaração precisa indicar onde a pessoa candidata está lotada na UFSCar para poder comprovar o item 2.1.

2.3.4. Comprovar com cópia do diploma (frente e verso) a formação exigida no Quadro 1.

2.3.5. Os optantes pela reserva de vagas, deverão anexar os documentos solicitados no item 4 "Da Reserva de Vagas".

Disciplina	Formação
Plano Diretor e Gestão Urbana	Doutorado em Engenharia, Administração, Arquitetura ou áreas afins. <b>OU</b> Doutorado em Engenharia de Produção, Economia, Ciências Contábeis, Ciências Sociais ou áreas correlatas + Graduação ou Mestrado em Engenharia, Administração, Arquitetura ou áreas afins.
Gestão Tributária	Doutorado em Contabilidade <b>OU</b> Doutorado em Engenharia de Produção, Administração, Economia, Ciências Sociais ou áreas correlatas + Graduação ou Mestrado em Contabilidade
Redes Públicas de Cooperação Local	Doutorado em Engenharia de Produção, Administração, Economia, Ciências Contábeis, Ciências Sociais ou áreas correlatas.
Gestão Democrática e Participativa	
Gestão Logística	
Elaboração e Avaliação de Projetos	
Processos Administrativos	
Metodologia Científica	

2.4. As ementas das disciplinas poderão ser consultadas no Anexo IV deste edital.

### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições são gratuitas e serão realizadas no período indicado no cronograma disponível no Anexo I, exclusivamente pelo endereço eletrônico:

<https://formularios.ufscar.br/index.php/622794?lang=pt-BR>

3.2. Para a realização da inscrição a pessoa candidata deverá preencher o cadastro indicando a sua auto pontuação, indicar se deseja concorrer à reserva de vagas, indicar no máximo **2 disciplinas de interesse** e anexar:

3.2.1. Documentos comprobatórios do item 2 (item obrigatório para o deferimento da inscrição).

3.2.1.1. O arquivo deverá estar em arquivo único, em PDF, nomeado com o nome completo da pessoa candidata.

3.2.2. O Formulário de auto pontuação (Anexo III) e os documentos comprobatórios para pontuação, conforme Tabela de Valoração - Anexo II e conforme a vaga desejada (item classificatório).

3.2.2.1. O arquivo deverá estar em arquivo único, em PDF, nomeado com o nome completo da pessoa candidata, precedido da palavra Auto pontuação (exemplo: Auto pontuação de nome completo da pessoa candidata).

3.2.2.2. Não serão aceitos documentos sem o Anexo III, assim como não será aceito o Anexo III sem as devidas comprovações.

3.3 Para efeitos de comprovação da experiência serão aceitas: declaração emitida pelo setor de recursos humanos

das instituições de ensino superior; ou declaração emitida por órgão ou setor responsável pelo registro das atividades profissionais da pessoa candidata; ou carteira de trabalho conforme item 3.3.2.

3.3.1. Todas as declarações necessitam da devida identificação do órgão emissor, cargo e função exercida pela pessoa candidata, data de início e fim (constando mês e ano) das atividades.

3.3.2. No caso da carteira de trabalho, a pessoa candidata deverá enviar cópia das páginas onde se encontram o número da Carteira, a identificação pessoal, a foto e os contratos de trabalho. É necessário que os campos "data de admissão" e "data saída" estejam devidamente preenchidos e, caso o campo "data saída" não esteja preenchido, compete a pessoa candidata comprovar que ainda está atuando no cargo especificado. Caso não for comprovado, a declaração será desconsiderada.

3.3.3. Para fins deste edital, não serão aceitos para comprovação da experiência:

3.3.3.1. Contratos de trabalhos;

3.3.3.2. Registros de frequência de aulas e contagem de tempo para atribuição de classe/aula;

3.3.3.3. Holerites;

3.3.3.4. Termo de posse.

3.3.3.5. Os estágios docência, a exemplo Programa de Estágio Supervisionado de Capacitação Docente (PESCD), Programa de Aperfeiçoamento de Ensino (PAE) e outros programas da mesma natureza, não serão considerados como experiência docente exigida para o recebimento de bolsa.

3.4. A UFSCar não se responsabilizará por solicitação de inscrição via Internet não recebida por motivo de ordem técnica de computadores, falhas ou congestionamento de linhas de comunicação, arquivos digitais corrompidos ou ilegíveis, bem como outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados.

3.5. Não será admitida, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional ou extemporânea e não será recebida, sob qualquer hipótese, documentação avulsa.

3.6. Não será permitida a complementação e nem o envio de documentos depois de efetivada a inscrição.

3.6.1. Será permitido envio de documentação pela pessoa candidata após encerrado o prazo de inscrição, caso a Comissão Julgadora necessitar de esclarecimentos sobre algum documento já enviado pela pessoa candidata.

3.7. Em caso da pessoa candidata realizar mais de uma inscrição, será considerada para efeitos deste edital somente a última inscrição realizada.

3.8. É de única e exclusiva responsabilidade a pessoa candidata verificar se os arquivos estão sem falhas para abertura e leitura.

3.9. Não serão cobradas taxas de inscrição, porém as despesas relativas à participação da pessoa candidata neste Processo Seletivo, referentes aos trâmites em cartório dos documentos e correios, correrão às expensas da própria pessoa candidata.

#### 4. DA RESERVA DE VAGAS

4.1. Serão reservadas vagas para as pessoas candidatas negras, pardas, indígenas, pessoas com deficiência, pessoas transgênero e travestis.

4.2. O percentual de vagas a ser reservado será observado ao longo do período de validade do Processo Seletivo, conforme surgimento de vagas.

4.3. As pessoas candidatas que desejarem concorrer dentro da reserva de vagas, independente do grupo para o qual se autodeclarar, concorrerão entre si e a convocação obedecerá rigorosamente a ordem de classificação.

4.3.1. A pessoa candidata que indicar dois ou mais grupos concorrerá em igualdade com a pessoa que indicar um grupo.

4.4. A pessoa candidata que desejar concorrer dentro da reserva de vagas, deverá, obrigatoriamente, enviar a documentação comprobatória no ato da inscrição e, quando for o caso, submeter-se ao procedimento de heteroidentificação.

4.5. Para as pessoas que se autodeclararem negras ou pardas:

4.5.1. Deverão indicar no formulário de inscrição a opção para concorrer pela reserva de vagas para pessoas negras ou pardas e anexar:

4.5.1.1. A Declaração para pessoa candidata autodeclarada preta e parda (Anexo V) preenchida e assinada via gov.br.

4.5.1.2. Uma foto colorida de frente com o fundo branco e no formato 5x7 (JPG, JPEG ou PNG).

4.5.1.3. Uma foto colorida de perfil com o fundo branco e no formato 5x7 (JPG, JPEG ou PNG).

4.5.1.4. Um vídeo de no máximo 20 (vinte) segundos, gravado durante o dia e com boa luminosidade, no formato .mp4, no qual a pessoa candidata deverá dizer:

4.5.1.4.1. o seu nome completo;

4.5.1.4.2. o edital que está concorrendo;

4.5.1.4.3. a vaga que está concorrendo;

4.5.1.4.4. mencionar os seguintes dizeres: "declaro que sou negro(a)".

4.5.2. Caso algum documento, citado no item 4.5.1., não esteja conforme solicitado, ou não esteja nítido e legível, ou, na falta de algum documento, a solicitação de reserva de vaga da pessoa candidata será indeferida.

4.5.3. O procedimento de heteroidentificação será conduzido pela Comissão de Heteroidentificação instituída pela SEaD/UFSCar.

4.5.4. A comissão de heteroidentificação utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pela pessoa, não sendo admitida, em nenhuma hipótese, a prova baseada em ancestralidade.

4.5.5. É facultada à Comissão de Heteroidentificação a convocação, a qualquer tempo, para comparecimento presencial da pessoa candidata, especialmente quando houver caso de denúncia sobre burla no sistema de cotas.

4.6. Para as pessoas que se autodeclararem indígenas:

4.6.1. Indicar no formulário de inscrição a opção para concorrer pela reserva de vagas para pessoas indígenas.

4.6.2. Anexar no ato da inscrição a Declaração de etnia e de vínculo com comunidade indígena (Anexo VI).

4.6.3. A análise e julgamento da Declaração de etnia e de vínculo com comunidade indígena será realizada pela Comissão Julgadora Definitiva.

4.7. A pessoa candidata que optar por concorrer pela reserva de vagas para pessoas com deficiência, deverá:

4.7.1. Indicar no formulário de inscrição a opção para concorrer pela reserva de vagas para pessoas com deficiência.

4.7.2. Anexar no ato da inscrição o Formulário para comprovação da condição de pessoa com deficiência (Anexo IX)

4.7.3. A análise e julgamento do “Formulário para comprovação da condição de pessoa com deficiência” será realizada pela Comissão Julgadora Definitiva.

4.8. Para as pessoas que se autodeclararem pessoas transgênero e travestis:

4.8.1. Indicar no formulário de inscrição a opção para concorrer pela reserva de vagas para pessoas transgênero e travestis.

4.8.2. Anexar no ato da inscrição a Autodeclaração como Transgênero e Travesti (Anexo VII)

4.8.3. Anexar no ato da inscrição a Declaração de reconhecimento como Transgênero e Travesti (Anexo VIII)

4.8.4. A análise e julgamento da “Autodeclaração como Transgênero e Travesti” e da “Declaração de reconhecimento como Transgênero e Travesti” será realizada pela Comissão Julgadora Definitiva.

4.9. A autodeclaração da pessoa candidata realizada no ato da inscrição goza de presunção relativa de veracidade.

## 5. DO PROCESSO SELETIVO

5.1. O presente processo seletivo constará de duas etapas:

5.1.1. Etapa eliminatória: Atender aos requisitos exigidos no item 2.

5.1.2. Etapa classificatória: Análise do Formulário de auto pontuação (Anexo III) e dos documentos comprobatórios em conformidade com a Tabela de Valoração do Anexo II.

5.2. A Comissão Julgadora analisará e pontuará os documentos apresentados pelas pessoas candidatas de acordo com os critérios do edital.

5.3. Não serão considerados tempos concomitantes de atuação na mesma função.

5.4. Os documentos e ou períodos de atuação utilizados para fins de comprovação dos requisitos obrigatórios previstos no item 2 não serão considerados para fins de pontuação.

5.5. Será eliminada do processo seletivo, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a pessoa candidata que, a qualquer tempo:

5.5.1. Não comprovar, no momento da inscrição, as exigências previstas no item 2 do edital;

5.5.2. Não enviar, no ato da convocação, a documentação exigida neste edital;

5.5.3. Cometer falsidade ideológica com prova documental (art. 299 do Código Penal Brasileiro);

5.5.4. Burlar ou tentar burlar quaisquer das normas definidas neste edital;

5.5.5. Dispensar tratamento inadequado, incorreto ou descortês a qualquer pessoa envolvida no processo seletivo;

5.5.6. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos relativos ao processo seletivo.

## 6. DA CLASSIFICAÇÃO

6.1. Para a avaliação de documentação comprobatória a Comissão Julgadora atribuirá pontuação conforme estabelecido na Tabela de Valoração.

6.2. A pontuação final será a soma total dos pontos obtidos na avaliação de documentação comprobatória.

6.3. A classificação será realizada em ordem decrescente de pontuação, considerando a reserva de vagas.

6.3.1. Serão divulgadas duas listas: uma lista geral de classificação, considerando as pessoas candidatas da ampla concorrência e as pessoas da reserva de vagas e uma lista somente com as pessoas candidatas da reserva de vagas.

6.3.1.1. A pessoa candidata que fizer a opção pela reserva de vagas concorrerá, concomitantemente, às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no processo seletivo, desde que atendidas as demais regras deste edital.

6.3.2. A sequência da convocação considerará a seguinte ordem: a cada 3 pessoas da ampla concorrência

convocadas, será garantida 1 vaga para as vagas reservadas.

6.4. No caso de empate, o desempate obedecerá a seguinte ordem:

6.4.1. idade, em favor da pessoa candidata com maior idade, considerando ano, mês e dia de nascimento;

6.4.2. maior pontuação em experiência como docente em disciplina em cursos presenciais ou EaD sobre a temática de práticas centradas na família e nos contextos naturais;

6.4.3. maior pontuação em experiência em docência na área da disciplina;

6.4.4. Relato de experiência na área de práticas centradas na família e nos contextos naturais.

## 7. DA COMISSÃO JULGADORA

7.1. A indicação de membros componentes para a Comissão Julgadora Preliminar são:

7. 1.1. Alessandra Rachid.

7. 1.2. Edemilson Nogueira.

7. 1.3. Pedro Carlos Oprime.

7. 1.4. Murís Lage Júnior.

7. 1.5. Pedro Munari.

7. 1.6. Roberto Fernandes Tavares Neto.

7.2. Será considerado impedido e não poderá participar como membro da Comissão Julgadora Definitiva, nem mesmo na condição de suplente:

7.2.1. Cônjuge ou companheiro da pessoa candidata, mesmo que separado ou divorciado judicialmente;

7.2.2. Ascendente ou descendente da pessoa candidata ou colateral até o segundo ou terceiro grau, seja o parentesco por consanguinidade ou afinidade;

7.2.3. Aquele que tiver amizade íntima ou inimizade notória com algum das pessoas candidatas ou seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes consanguíneos e afins até terceiro grau;

7.2.4. Aquele cuja atuação no processo seletivo configurar conflito de interesse, nos termos da Lei no 12.813/2013, e demais situações de impedimento ou suspeição previstas na legislação vigente.

7.2.5. Sócio de mesma sociedade empresarial que a pessoa candidata;

7.2.6. Integrante de diretoria de associação de qualquer natureza da qual a pessoa candidata inscrita também seja diretor;

7.2.7. Pessoa que esteja litigando judicial ou administrativamente com a pessoa candidata ou respectivo cônjuge ou companheiro.

7.3. Reserva-se a pessoa candidata, e a quem possa interessar, o direito de impugnar a lista preliminar de membros da Comissão Julgadora, indicando um ou mais membros do item 7.1, baseados exclusivamente nos motivos citados no item 7.2. e exclusivamente no período indicado no cronograma.

7.4. Caso alguém identifique relações ou vínculos que possam interferir no resultado da avaliação do processo seletivo, é necessário enviar um e-mail para editais\_sead@ufscar.br, intitulado: "Edital de abertura nº 212/2024/SEaD/R - Vínculo com a Comissão Julgadora" informando no corpo do e-mail: o nome da pessoa candidata, o nome do(s) membro(s) da Comissão Julgadora e o vínculo, citando qual dentre os existentes no item 7.2.

7.5. Caso haja indicação de vínculo, a UFSCar realizará a verificação e conferência, visando averiguar a existência ou não de impedimento e suspeição, e deliberará sobre a reconstituição dos membros, caso necessário, para formação da Comissão Julgadora Definitiva.

7.6. A Comissão Julgadora Definitiva será constituída por pelo menos três membros.

7.7. A lista de membros componentes da Comissão Julgadora Definitiva será publicada no endereço eletrônico <https://www.sead.ufscar.br/pt-br/processo-seletivo>, na data estabelecida no cronograma.

7.8. Caberá à Comissão Julgadora Definitiva:

7.8.1. Analisar os documentos de inscrição;

7.8.2. Solicitar esclarecimentos à pessoa candidata em caso de dúvidas referentes ao documento enviado na inscrição;

7.8.3. Deferir, indeferir, eliminar, classificar e desclassificar a pessoa candidata inscrita;

7.8.4. Analisar e pontuar os documentos encaminhados para avaliação;

7.8.5. Analisar recursos interpostos pela pessoa candidata e emitir pareceres;

7.8.6. Divulgar os resultados preliminares e definitivos do processo seletivo.

## 8. DOS RECURSOS

8.1. Os recursos devem ser formulados por escrito, conforme o modelo disponível no Anexo IV, e enviados por email para editais\_sead@ufscar.br

8.2. À pessoa candidata será permitida interpor recurso contra decisões quanto:

8.2.1. à lista preliminar de membros que comporão a Comissão Julgadora;

8.2.2. aos resultados preliminares do processo seletivo;

- 8.2.3. impugnação de regras do edital, unicamente por motivo de ilegalidade.
- 8.3. Admitir-se-á um único recurso por pessoa candidata para cada evento referido no item 8.2, devidamente fundamentado e indicada, com precisão, a situação a ser reconsiderada e/ou revisada.
- 8.4. Serão indeferidos os recursos, não tendo validade e tornando-se sem conhecimento, nas seguintes hipóteses:
- 8.4.1. Cujo teor despreze a qualquer envolvido no processo;
  - 8.4.2. Que estejam em desacordo com as especificações contidas neste edital;
  - 8.4.3. Sem fundamentação e/ou com fundamentação inconsistente e incoerente;
  - 8.4.4. Encaminhados por outro meio que não seja o especificado neste edital;
  - 8.4.5. Interpostos por quem não seja legitimado;
  - 8.4.6. Interpostos após exaurida a esfera administrativa.
- 8.5. Os recursos serão julgados pela Comissão Julgadora, no prazo estabelecido no cronograma deste edital.

## 9. DAS DIVULGAÇÕES

- 9.1. É de única e exclusiva responsabilidade da pessoa candidata acompanhar a divulgação dos resultados do processo seletivo e demais comunicados da UFSCar acerca do processo seletivo.
- 9.2. Não haverá envio de correspondência impressa ou eletrônica à pessoa candidata, por parte da UFSCar, referente à divulgação dos resultados do processo seletivo.
- 9.3. Todas as divulgações serão publicadas no endereço eletrônico <https://www.sead.ufscar.br/pt-br/processo-seletivo>, conforme a data prevista no cronograma deste edital.

## 10. DA CONVOCAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO A SER APRESENTADA

- 10.1. A convocação será realizada de acordo com a necessidade do curso, obedecendo-se a ordem de classificação.
- 10.2. As pessoas candidatas selecionadas e não convocadas no processo seletivo serão mantidas em cadastro reserva desde que não tenham sido desclassificadas por qualquer motivo.
- 10.3. A convocação será feita a pessoa candidata pelo e-mail indicado no ato da inscrição.
- 10.4. Será considerado desistente a pessoa candidata convocada que não manifestar interesse na vaga e não apresentar a documentação solicitada no item 10.5. no prazo de até 3 (três) dias a contar do envio do e-mail de convocação.
- 10.5. A documentação a ser apresentada pela pessoa candidata no momento da convocação é a seguinte:
- 10.5.1. Manifestação de interesse via e-mail;
  - 10.5.2. Cópia autenticada da frente e do verso do(s) diploma(s) (constantes do item 2);
  - 10.5.3. Termo de Compromisso do Bolsista da Capes (com assinatura gov.br);
  - 10.5.4. Declaração de não acúmulo de bolsa (com assinatura gov.br);
  - 10.5.5. Autorização para captação e exibição de imagem, som e nome (com assinatura gov.br).
  - 10.5.6. Somente para professores externos: Termo de Professor Formador Voluntário firmado entre a Secretaria Geral de Educação a Distância da UFSCar e a pessoa convocada (com assinatura gov.br).
  - 10.5.6.1. O Termo de Professor Voluntário deverá ser enviado mesmo por aqueles que optaram pelo recebimento de bolsa.
- 10.6. Os documentos citados nos itens 10.5.3; 10.5.4; 10.5.5 e 10.5.6. serão encaminhados para a pessoa candidata no ato da convocação.
- 10.7. Todos os documentos constantes do item 10.5 devem ser enviados no formato digital em .PDF (respondendo ao e-mail da convocação).

## 11. DA CONCESSÃO DE BOLSA DO SISTEMA UAB

- 11.1. Para receber bolsa CAPES, a pessoa candidata não pode ter vinculação com outros programas de bolsa, exceto quando expressamente admitido em regulamentação própria.
- 11.2. A concessão de bolsas do Sistema UAB pela Capes a pessoa candidata convocada obedecerá ao disposto nas Portarias Capes citadas no preâmbulo deste edital.
- 11.3. A aprovação e a convocação da pessoa candidata no presente processo seletivo assegura apenas a expectativa de direito à concessão de bolsa do Sistema UAB, estando seu pagamento condicionado à disponibilidade orçamentária da Capes.
- 11.4. A atuação e/ou recebimento de bolsa nas condições deste edital não gera vínculo empregatício com a UFSCar, portanto, o bolsista não tem direito a férias, nem 13º, nem qualquer auxílio ou garantia trabalhista.
- 11.4.1. Serão mantidos os pagamentos para bolsistas que se afastarem temporariamente das suas atividades, em virtude do nascimento de descendente de 1º grau, adoção ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção, conforme legislação aplicável. Para que a pessoa bolsista tenha direito ao benefício citado:
    - 11.4.1.1. deverá comprovar, no mínimo, 12 meses completos de permanência como bolsista na mesma função e na mesma instituição;

11.4.1.2. poderá ser concedido até 180 dias e, o dobro do período em caso de parentalidade atípica;

11.4.1.3. em caso de casal de bolsistas, apenas um poderá gozar do afastamento com bolsas preservadas.

11.4.2. Caso o bolsista necessite se ausentar de suas atividades, a bolsa CAPES deverá ser suspensa.

11.4.3. Caso seja identificado que a ausência do bolsista foi por motivo de doença, o retorno do bolsista às suas atividades deverá ser analisado pela coordenação UAB/UFSCar e, na hipótese de ambas as partes decidirem que o bolsista pode retornar às atividades, sua bolsa será reativada, desde que haja demanda e disponibilidade orçamentária e financeira da CAPES.

11.4.3.1. Situações que não se enquadram no item 11.4.3. não serão analisadas e, portanto, o bolsista perderá definitivamente sua vaga.

11.4.4. O bolsista poderá solicitar a suspensão do recebimento de bolsa em caráter provisório atuando sem o recebimento de bolsa. Neste caso, a bolsa poderá voltar a ser paga em um momento futuro, desde que haja demanda e disponibilidade orçamentária e financeira da CAPES.

11.5. As bolsas do Sistema UAB não poderão ser acumuladas com outras bolsas pagas pela Capes, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) ou Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), exceto quando expressamente admitido em regulamentação própria da Capes.

11.6. O benefício financeiro da bolsa deve ser atribuído a um único indivíduo, sendo vedado o seu fracionamento.

11.7. É vedado o recebimento de mais de uma bolsa do Sistema UAB referente ao mesmo mês, ainda que o bolsista tenha exercido mais de uma função no âmbito do Sistema UAB.

11.8. O bolsista deverá devolver à Capes eventuais benefícios pagos indevidamente, nos prazos e termos de atualização determinados pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

11.9. O descumprimento pelo bolsista de quaisquer das obrigações previstas na legislação e neste edital, implicará na imediata suspensão dos pagamentos de bolsas a ele destinados, temporária ou definitivamente, respeitados o contraditório e a ampla defesa.

## 12. DO DESLIGAMENTO DO BOLSISTA

12.1. O bolsista que solicitar desligamento, deixa de receber, automaticamente, a bolsa concedida pela UAB/CAPES.

12.2. O bolsista poderá ser desligado, garantida a ampla defesa e contraditória, pelos seguintes motivos:

12.2.1. Término do contrato e não renovação;

12.2.2. Descumprimento de horários e de atividades e atribuições inerentes ao cargo;

12.2.3. Desrespeito com colegas, alunos, professores e coordenação do curso/polo/UAB/SEaD;

12.2.4. Redução do número de alunos;

12.2.5. Irregularidade na documentação ou cadastro.

12.2.6. Acúmulo de bolsa

12.2.7. Restrições orçamentárias impostas pela CAPES.

12.2.8. Estar em situação de licenças ou afastamentos no cargo efetivo, abrangendo diversas circunstâncias, como tratamento de saúde, interesses particulares, atividade política, serviço militar, capacitação, pós-graduação, estudos ou missões no exterior e exercício de mandato eletivo, entre outras.

12.2.9. Caso tenha recebido 3 admoestações da coordenação de curso ou da coordenação UAB/UFSCar.

12.3. Em situações de desligamento do bolsista devido a imprudência, negligência, imperícia ou dolo na condução de atividades que resultem em prejuízos a terceiros, ficará vedada sua participação em qualquer processo seletivo vinculado ao programa da Universidade Aberta do Brasil na UFSCar, pelo período de 04 (quatro) anos. Durante o período de inelegibilidade, o bolsista não estará autorizado a formalizar novo Termo de Compromisso do Bolsista em qualquer modalidade do Sistema UAB/UFSCar.

## 13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A pessoa candidata, ao efetuar sua inscrição neste processo seletivo:

13.1.1. Aceita e autoriza a instituição a divulgar o resultado de todas as etapas do processo seletivo relacionadas ao seu nome, ou seja, notas, classificação, indeferimento, deferimento ou eliminação.

13.1.2. Fica ciente e concorda com as normas e condições estabelecidas neste edital e seus respectivos anexos, bem como com suas eventuais retificações, e demais normas legais pertinentes, sobre as quais a pessoa candidata não poderá alegar qualquer espécie de desconhecimento, sendo de sua única e exclusiva responsabilidade a observância e cumprimento das regras estabelecidas.

13.1.3. Fica ciente que é responsabilidade da pessoa candidata, a entrega dos documentos no período e no formato exigido para a convocação, não sendo permitida à pessoa candidata tempo além do estipulado no item de convocação para entrega dos documentos ou comprovações solicitadas.

13.1.4. Fica ciente que, a pessoa candidata que prestar serviços como voluntário, sem recebimento de bolsa, estará ciente de que o fará em conformidade com a Lei 9.608/98, de forma que não será estabelecido nenhum vínculo empregatício entre a pessoa voluntária e a instituição.

13.2. Os itens e subitens deste edital e seus Anexos poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos, enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito.

13.3. A aprovação da pessoa candidata neste processo seletivo não implicará a obrigatoriedade da sua admissão,

cabendo à UFSCar o direito de aproveitar as pessoas candidatas de acordo com as suas necessidades, com estrita observância da ordem classificatória.

13.4. Somente serão aceitos diplomas de graduação e de pós-graduação de cursos reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC) e expedidos por instituição de ensino superior credenciada, se nacionais. Caso os referidos diplomas sejam de instituições de ensino superior estrangeiras, deverão estar devidamente validados de acordo com a legislação brasileira.

13.5. Se, no momento da inscrição, o diploma de curso de pós-graduação da pessoa candidata ainda não tiver sido expedido, ele poderá apresentar documentação comprobatória da homologação da defesa da dissertação/tese na última instância regimentalmente prevista na respectiva instituição de ensino superior. Porém, no ato da convocação, a pessoa candidata deverá apresentar a documentação conforme prevista no item de convocação do edital.

13.6. Se estrangeiro, comprovar a regularidade da sua permanência no País.

13.7. A validade deste edital é de 12 meses, a contar da data de publicação do resultado final, podendo ser prorrogado até o limite de cinco anos, conforme necessidade.

13.8. Os documentos obtidos por meio digital deverão atender às seguintes condições:

13.8.1. Conter a informação de que o documento foi assinado digitalmente ou eletronicamente e a identificação do assinante;

13.8.2. Conter o código de verificação de sua autenticidade e assinatura devidamente identificada do responsável por sua emissão.

13.8.2.1. O documento só será aceito, caso seja comprovada a sua autenticidade.

13.9. Fazem parte deste edital, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos anexos:

13.9.1. Anexo I - Cronograma de Realização do Processo Seletivo;

13.9.2. Anexo II - Tabela de Valoração para pontuação de documentos;

13.9.3. Anexo III - Formulário de auto pontuações;

13.9.4. Anexo IV - Modelo de Formulário para Interposição de Recurso/Impugnação;

13.9.5. Anexo V - Declaração para pessoa candidata autodeclarada preta e parda;

13.9.6. Anexo VI - Declaração de Etnia e de Vínculo com Comunidade Indígena;

13.9.7. Anexo VII - Autodeclaração como Trans e/ou Travesti;

13.9.8. Anexo VIII - Declaração de Reconhecimento como Trans e/ou Travesti;

13.9.9. Anexo IX - Formulário para Comprovação da Condição de Pessoa com Deficiência.

13.9.10. Anexo X - Ementa das disciplinas

13.10. As dúvidas referentes ao processo seletivo não serão respondidas por telefone, pessoalmente, redes sociais ou qualquer outro meio que não seja pelo registro do e-mail editais\_sead@ufscar.br , assunto intitulado "Edital de abertura nº 212/2024/SEaD/R - Dúvidas".

13.11. A UFSCar reserva-se no direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas neste edital.

13.12. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

-----  
**ANEXO I Cronograma de Realização do Processo Seletivo**  
**Edital de abertura nº 212/2024/SEaD/R**

Data	Atividade
03/12/2024	Publicação do edital
04/12/2024	Período para impugnação (recurso) de regras do edital
05/12/2024 a 19/12/2024	Período de inscrição e envio de documentação on-line; Período de manifestação de vínculo com algum membro da Comissão Julgadora Preliminar
20/12/2024	Divulgação da lista de membros da Comissão Julgadora Definitiva
07/02/2025	Divulgação do resultado da pontuação e classificação das pessoas candidatas
08/02/2025 a 12/02/2025	Prazo para recurso do resultado da pontuação e classificação das pessoas candidatas
14/02/2024	Publicação do resultado, após recurso, da pontuação e classificação das pessoas candidatas

-----  
**ANEXO II - Tabela de Valoração para pontuação de documentos**  
**Edital de abertura nº 212/2024/SEaD/R**

Experiência Profissional	Tempo	Pontuação	Pontuação Máxima
--------------------------	-------	-----------	------------------



Heteroidentificação. Declaro, também, que tenho ciência de que as decisões emitidas pela banca responsável pelo Procedimento de Heteroidentificação - decorrentes da análise documental - gozam de veracidade.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura da pessoa candidata pelo Gov.br)

**ANEXO VI - Declaração de Etnia e de Vínculo com Comunidade Indígena**  
**Edital de abertura nº 212/2024/SEaD/R**

Eu, \_\_\_\_\_ portador da Cédula de Identidade nº \_\_\_\_\_, UF \_\_\_\_\_, DECLARO, para fins de ocupação de vaga destinada a candidato(a) indígena, que pertencço a etnia \_\_\_\_\_.

Nome da Localidade: \_\_\_\_\_ Endereço: \_\_\_\_\_  
Município de: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
Telefone:( ) \_\_\_\_\_ Por ser a expressão da verdade, assino esta declaração.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

(Local e data)

\_\_\_\_\_  
(Assinatura da pessoa candidata pelo Gov.br)

Atenção: É obrigatório coletar nos quadros a seguir a assinatura, devidamente identificada, de 3 (três) Lideranças Indígenas diferentes.

Assinatura da Liderança	Assinatura da Liderança	Assinatura da Liderança
Nome legível da Liderança	Nome legível da Liderança	Nome legível da Liderança
Nº da Cédula de Identidade da Liderança	Nº da Cédula de Identidade da Liderança	Nº da Cédula de Identidade da Liderança

**ANEXO VII - Autodeclaração como Trans e/ou Travesti**  
**Edital de abertura nº 212/2024/SEaD/R**

Declaro, para os devidos fins, que eu, (NOME SOCIAL) ou (NOME CIVIL),(NACIONALIDADE), (PROFISSÃO), residente na (ENDEREÇO COMPLETO), (CPF), sou (TRANS e/ou TRAVESTI). Declaro estar ciente que, se for verificada a não veracidade de quaisquer informações prestadas nesta autodeclaração, estarei sujeito(a) à perda da vaga e a qualquer tempo a penalidades legais (administrativas e penais).

Local e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura da pessoa candidata pelo Gov.br)

**ANEXO VIII - Declaração de Reconhecimento como Trans e/ou Travesti**  
**Edital de abertura nº 212/2024/SEaD/R**

Declaramos que o(a) candidato(a) \_\_\_\_\_, (TRANS e/ou TRAVESTI), faz parte da comunidade/rede/coletividade trans e travesti. Declaramos ainda estarmos cientes de que as informações aqui prestadas são de nossa inteira responsabilidade e que no caso de declaração falsa ou de informações inverídicas, implicará no indeferimento da inscrição do(a) candidato(a) e que também estaremos sujeitos(as) a qualquer tempo a penalidades legais (administrativas e penais).

1. Nome: _____	2. Nome: _____
CPF: _____	CPF: _____
Assinatura: _____	Assinatura: _____

Local e data: \_\_\_\_\_

Assinatura do responsável pelo reconhecimento pelo Gov.br

Nome do(a) responsável:

Cargo:

Nome da Entidade:

-----  
**ANEXO IX - Formulário para Comprovação da Condição de Pessoa com Deficiência**  
**Edital de abertura nº 212/2024/SEaD/R**

Atesto, para os devidos fins, que o(a) candidato(a) \_\_\_\_\_ apresenta a(s) deficiência(s), de acordo com o estabelecido no Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999; Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 e Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012:

( ) Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

( ) Deficiência física: alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

( ) Deficiência Auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiogramas nas frequências de 500 Hz, 1.000Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz.

( ) Deficiência Visual: Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°, ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

( ) Deficiência mental: funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas tais como: comunicação; cuidado pessoal; habilidades sociais; utilização dos recursos da comunidade; saúde e segurança; habilidades acadêmicas; lazer; e trabalho.

( ) Deficiência Múltipla - associação de duas ou mais deficiências

( ) O(a) candidato(a) não se enquadra em nenhuma deficiência supracitada.

CID (Classificação Internacional de Doenças) apresentada pelo(a) candidato(a):

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2024.

Nome do médico responsável: \_\_\_\_\_

Assinatura e carimbo constando o CRM do Médico.

-----  
**ANEXO X - Ementa das disciplinas**  
**Edital de abertura nº 212/2024/SEaD/R**

Disciplina(s)	Ementa da(s) disciplina(s)
Plano Diretor e Gestão Urbana	Introdução ao Planejamento: para que planejar as cidades? Histórico do planejamento no Brasil: expressão territorial da desigualdade. O quadro urbano atual. O novo marco legal e instrumentos para planejar os municípios com participação popular: Constituição Federal, o Estatuto da Cidade, Resoluções do Conselho das Cidades. Constituição Estadual e Lei Orgânica Municipal. Planejamento participativo: construir cidades melhores e mais justas. Plano Diretor: A obrigatoriedade do Plano Diretor para os municípios; O que é um Plano Diretor; Conteúdo e Processo de elaboração do Plano Diretor Participativo; Responsabilidade do Poder Público e da Sociedade Civil. Implementação do Plano Diretor: Divulgação, Aplicabilidade, a reorganização interna da prefeitura. Gestão integrada e

	participativa do plano: monitoramento e Revisão do Plano Diretor.
Gestão Tributária	Tributo: conceito e espécies. O sistema tributário e os princípios constitucionais. Lei Complementar e normas de Direito Tributário. Vigência, aplicação e interpretação. Obrigação tributária. A regra matriz de incidência tributária. Lançamento tributário. Responsabilidade Tributária. Imunidade. Isenção, anistia e remissão. Infrações, sanções e crimes tributários. Tributos em espécie: IPTU, ISS, ITBI, TFE, TFA, TRSD, TRSS, FISLURB, taxas de polícia diversas, contribuição de melhoria, contribuição para custeio de iluminação pública. Processo administrativo e judicial tributário. O sistema de gestão tributária do município. Sistema de tecnologia de informação e comunicação (TIC). Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN). Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Cadastramento de contribuintes. Atualização cadastral. Planejamento da ação fiscal. Emissão de autos de infração e a gestão de recursos administrativos. Acompanhamento e controle da receita própria municipal.
Redes Públicas de Cooperação Local	Desenvolvimento regional. Conceito e organização de redes. Estrutura, funcionamento e propriedades das redes. A colaboração entre estados e prefeituras para buscar ação grupal com vistas ao desenvolvimento sustentável, à preservação ecológica, ao respeito cultural e à equidade social. A transmissão do capital social (ou doenças transmissíveis) nas redes comunitárias. A estrutura ou a arquitetura mais eficiente para uma rede de organizações. Consórcios intermunicipais. Casos de redes estaduais e municipais. Alianças e parcerias. Concessões. PPPs. Consórcios.
Gestão Democrática e Participativa	Fundamentos filosóficos, políticos e legais da gestão democrática no município. Processos e mecanismos da gestão democrática e participativa: plebiscito, referendo, leis de iniciativa popular, Conselhos Municipais. Relações da administração pública com os Conselhos Municipais. Metodologias de intervenção/participação dos Conselhos Municipais, instituições e movimentos sociais no planejamento municipal, com destaque para o orçamento. Discutir o significado da política de controle social, em articulação direta com as instâncias de participação popular: Conselhos Municipais com Conselhos Populares. Compreender o papel dos instrumentos de controle ditos oficiais: Tribunal de Contas e Ministério Público, detalhando suas funções e definindo estratégias de atuação da gestão transparente das políticas públicas de Estado, para, conseqüentemente, estabelecer uma melhoria da prática e do exercício do controle social.
Gestão Logística	Introdução à Logística. Caracterização das Atividades Primárias e Secundárias da Logística. Nível de Serviço Logístico. Gestão de Compras. Gestão de Estoques. Processo de Negociação com Fornecedores.
Elaboração e Avaliação de Projetos	Compreender como e em quais contextos a elaboração e estruturação de projetos contribuem para gestão pública municipal e desenvolvimento local. Construir os conceitos e indicar algumas ferramentas existentes para elaboração de projetos. Discutir qual a utilidade e em qual contexto o projeto deve ser estruturado. Apontar as etapas de um projeto. Conhecer a lógica interna e discutir as consistências pertinentes ao projeto. O papel do gestor municipal, a gestão, o monitoramento, a avaliação, a conclusão de um projeto e os encaminhamentos a serem realizados em seu término.
Processos Administrativos	Abordagens conceituais sobre processos; organizações e suas múltiplas configurações; tipos de organização e suas respectivas orientações para processos; critérios de interdependência (visões: tradicional, contemporânea e inovadora); organizações públicas e suas configurações. Identificação de processos; ferramentas para identificação e mapeamento de processos; padrões para fluxogramação; metodologia para mapeamento de processos; a importância do fator documentação e a necessidade de capacitação e qualificação de pessoas.
Metodologia Científica	O que é uma monografia? O projeto de pesquisa: tema, problematização, objetivos, justificativa, referencial teórico, metodologia. Normas da ABNT. Fontes de informação em gestão pública: fontes primária, secundárias e terciárias; recuperação da informação em bases de dados. Apresentação formal da monografia: estrutura básica.



Documento assinado eletronicamente por **Cleonice Maria Tomazzetti, Secretário(a) Geral**, em 03/12/2024, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufscar.br/autenticacao>, informando o código verificador **1591461** e o código CRC **10680701**.